



CUIDADO, RESISTÊNCIA E FORMAÇÃO:

A atuação do Coletivo de Mães da UFMA na luta pela permanência acadêmica

:

Ana Livia de Andrade

Discente, Universidade Federal do Maranhão (UFMA - Campus Bacanga), Email:
ana.lacs@discente.ufma.br

Lara Ramos Rosado Duailibe

Discente, Universidade Federal do Maranhão (UFMA - Campus Bacanga), Email:
lara.rrd@discente.ufma.br

Laura Carvalho de Oliveira

Discente, Universidade Federal do Maranhão (UFMA - Campus Bacanga), Email:
carvalho.laura@discente.ufma.br

Maria Beatriz Lima Sousa de Jesus

Discente, Universidade Federal do Maranhão (UFMA - Campus Bacanga), Email:
maria.blsj@discente.ufma.br

RESUMO:

A maternidade traz diversas transformações para as mulheres e mais com a trajetória acadêmica. Este estudo investiga as dificuldades enfrentadas por mães universitárias da UFMA, analisando os impactos psicossociais da dupla jornada e as estratégias adotadas para lidar com a sobrecarga. A pesquisa, baseada em entrevistas com três alunas, busca contribuir para políticas educacionais mais inclusivas.

PALAVRAS-CHAVE: Mães; Jornada; Sobrecarga.



ABSTRACT

Motherhood brings many changes to women, especially with their academic careers. This study investigates the difficulties faced by university mothers at UFMA, analyzing the psychosocial impacts of the double shift and the strategies adopted to deal with the overload. The research, based on interviews with three students, seeks to contribute to more inclusive educational policies.

KEYWORDS: Mothers; Shift; Overload.

1. Introdução

A vivência da maternidade implica em diversas transformações na vida das mulheres, abrangendo aspectos fisiológicos, emocionais, sociais e familiares. Quando essa experiência ocorre simultaneamente à trajetória acadêmica, os desafios tornam-se ainda mais complexos, exigindo que as mães universitárias conciliem as exigências da formação superior com as demandas do maternar. Esse cenário pode acarretar implicações psicossociais relevantes, uma vez que tanto a maternidade quanto a vida acadêmica possuem exigências e significados culturais e sociais distintos, que, quando sobrepostos, geram impactos significativos na rotina e no bem-estar dessas mulheres. Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo compreender as dificuldades enfrentadas pelas mães integrantes do “Coletivo Mães” da UFMA na conciliação entre a jornada acadêmica e os cuidados maternos. Além disso, busca-se identificar as estratégias adotadas por essas mulheres para lidar com a sobrecarga de responsabilidades, avaliar os impactos dessa dupla jornada em sua saúde emocional e psicológica e analisar suas percepções acerca do suporte institucional oferecido pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Trata-se de uma pesquisa fundamentada nas experiências de estudantes-mães do Coletivo de Mães da UFMA compartilhadas por meio de uma entrevista semiestruturada. O estudo foi realizado com três mulheres do curso de Teatro, Pedagogia e Hotelaria, em diferentes períodos acadêmicos, que assumem a principal responsabilidade pelo cuidado dos filhos. A partir de seus relatos,



espera-se contribuir para a ampliação das discussões sobre as demandas das mães universitárias e para o desenvolvimento de políticas públicas e educacionais que considerem as implicações psicossociais dessa realidade, garantindo melhores condições de permanência e equidade no ensino superior.

2. Fundamentos teórico-conceituais e histórico-epistemológicos

A presença das mulheres no ensino superior tem crescido nas últimas décadas, mas sua trajetória acadêmica ainda é marcada por desafios que refletem desigualdades estruturais. Embora homens e mulheres compartilhem o mesmo espaço universitário, seus percursos educacionais e profissionais são distintos, resultando em contextos ocupacionais heterogêneos (Yannoulas, 2007). Nessa perspectiva, para analisar as demandas de estudantes nas universidades é fundamental considerar as interseccionalidades que atravessam, como gênero, etnia, idade e condições específicas que impactam a experiência universitária. As mães universitárias vivenciam um cenário complexo, onde as tarefas acadêmicas se entrelaçam com as responsabilidades maternas, exigindo um constante esforço para equilibrar esses dois âmbitos da vida.

Historicamente, a maternidade foi consolidada como papel central das mulheres, especialmente a partir do século XVIII, quando a atenção materna passou a ser vista como essencial para o desenvolvimento infantil (Moura e Araújo, 2004). No século XIX, essa visão se intensificou, reforçando a figura da "rainha do lar" e naturalizando o sacrifício materno, com qualquer desvio desse padrão sendo patologizado. No entanto, a maternidade transcende o biológico, configurando-se como um fenômeno social, político e econômico cujos significados variam historicamente (Scavone, 1985). Estudos feministas apontam-na como um mecanismo de dominação patriarcal, restringindo as mulheres ao espaço doméstico e dificultando sua inserção no trabalho, na política e na ciência (Scavone, 2001). Mesmo com avanços, a responsabilização pelo cuidado dos filhos ainda recai majoritariamente sobre as mulheres, reforçando a estrutura da família tradicional.

Além disso, a maternidade é atravessada por marcadores de raça e classe. Conforme Gonzaga e Mayorga (2019), mulheres negras e indígenas sofreram



historicamente com a exploração colonial, o que torna a experiência da maternidade ainda mais desafiadora e desigual. Diante disso, Kimberlé Crenshaw (2013) ao difundir o conceito de interseccionalidade, permitiu entender que a vivência do sofrimento de raça, classe e gênero, atravessam-se, tal qual uma encruzilhada e produzem desigualdades. À medida que são produzidas novas vivências, não é mais possível homogeneizar a maternidade, pois cada uma é única, visto que, a marginalização afeta cada uma a sua maneira (Bell Hooks, 1981; Angela Davis, 1981 e Patricia Hills Collins, 1990).

No contexto brasileiro, o feminismo decolonial ressalta que a desigualdade de gênero opera de forma distinta a depender da posição social e racial das mulheres, e que mães universitárias negras e periféricas vivenciam dificuldades ainda mais acentuadas ao conciliarem a maternidade e a trajetória acadêmica (Lugones, 2008). Em Machado et al. (2020), a discussão sobre a identidade feminina e sua transformação ao longo da maternidade resulta em entender que ser mãe se sobrepõe ao ser mulher, em uma sociedade patriarcal que já apaga a identidade feminina e os efeitos desse sistema são prejudiciais tanto para a mãe quanto para o filho.

No contexto acadêmico, mulheres enfrentam demandas intensas nas duas esferas, que acabam por serem antagônicas, esse drama se reflete nos sentimentos de apreensão, medo, tristeza e ansiedade ao abdicarem do tempo com os filhos para estudarem. Todavia, mesmo com os sentimentos negativos, obter um diploma é algo indiscutível para essas mulheres, pois ter um nível superior é um aparato para a saída da vulnerabilidade social dessas mulheres e de suas famílias (Machado et al., 2020).

Nos estudos de O'Reily (2021), uma das dimensões que constituem a opressão pela maternidade é o individualismo, o qual é experienciado como a solidão materna, fenômeno que esgota de maneira psicológica e física as mulheres. Ao colocar um ideal de como se cuidar de um filho, transferindo todas responsabilidades da criação para a mulher, elabora-se um contexto em que a condição é a solidão, interferindo nas relações que existiam enquanto se era uma mulher, e não apenas mãe; sentimentos como ansiedade, incompreensão e vulnerabilidade são comuns (Lee, Vasileiou e Barnett, 2019). Essa vivência impede



que as mulheres possam se agrupar de maneira social e política, para que se possa combater as indulgências em prol de uma maternidade mais digna (Soares e Farias, 2022).

Uma das questões que atravessam a vivência de mães universitárias, é a amamentação, que na visão biológica é benéfica e recomendada pela OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde - para ser feita de maneira exclusiva até os seis meses de vida da criança. Mas entender que as questões que fazem parte do materno são também questões sociais e políticas, amamentar da maneira recomendada pela medicina acaba por ser inviável no espaço universitário, ademais, uma das demandas levantadas por inúmeros coletivos que reúnem mães estudantes em prol da causa aqui debatida, inclusive o Coletivo de Mães da UFMA, é a ausência de um ambiente adequado para a amamentação e troca das crianças (Caldas, 2022 e Urpia e Sampaio, 2011).

Compreendendo as demandas que foram introduzidas aqui, o presente resumo tem o objetivo de discutir tópicos que atravessam a vida de inúmeras mulheres, que são silenciadas de diversas formas pelo patriarcado e instituições. Ao trazer à tona a vivência de três mulheres, universitárias, mães e também integrantes do Coletivo Mães da UFMA, elas são colocadas em protagonismo, pois não há quem fale melhor das suas próprias demandas maternas do que uma. Além disso, trazer essas questões ao nível acadêmico é uma maneira da sociedade engajar com essa causa, adicionando mais uma forma para a transformação.

3. Ações sociais efetivas relativas ao tema, advindas das políticas públicas e de movimentos sociais

As políticas públicas voltadas à permanência estudantil têm buscado minimizar as desigualdades no ensino superior, mas nem sempre contemplam as especificidades das mulheres que se tornam mães durante a graduação. Urpia e Sampaio (2011) destacam que ações institucionais voltadas à inclusão e permanência devem considerar a maternidade como um fator relevante, visto que as estudantes-mães enfrentam desafios que impactam seu desempenho acadêmico e sua permanência na universidade.



No Brasil, algumas iniciativas legislativas e institucionais tentam responder a essa demanda. A Lei nº 6.202/1975 garante às estudantes grávidas o direito à licença-maternidade sem prejuízo do período escolar. O artigo 1º da legislação prevê que, a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses, a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares. Esse direito busca assegurar que a maternidade não leve à interrupção dos estudos, garantindo a continuidade acadêmica das estudantes gestantes. Mais recentemente, o Projeto de Lei 794/2023 propôs um adicional de 50% no valor das bolsas estudantis para mães provedoras de família monoparental. Essa medida visa mitigar as dificuldades financeiras enfrentadas por essas estudantes, reconhecendo que a sobrecarga materna e a falta de apoio impactam diretamente sua trajetória acadêmica.

No âmbito das universidades, algumas instituições implementaram ações para apoiar estudantes-mães. A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) concede políticas afirmativas voltadas à assistência de estudantes gestantes e mães, oferecendo auxílios financeiros, bolsas e atendimento psicológico para garantir sua permanência na graduação e reduzir as taxas de evasão. Entre essas medidas, destaca-se o auxílio-creche, que consiste no pagamento de 12 parcelas mensais no valor de R\$200,00 para subsidiar despesas com dependentes menores de seis anos. No entanto, desde sua criação, em 2018, o valor do auxílio não passou por reajustes, o que limita sua efetividade diante do aumento do custo de vida.

Além dessas iniciativas, há esforços institucionais para mapear as necessidades das estudantes-mães. A Diretoria de Diversidade, Inclusão e Ações Afirmativas (DIDAAF) iniciou, em novembro de 2024, um levantamento para compreender melhor as demandas dessas mulheres. No entanto, a falta de resposta da instituição ao contato realizado evidencia a dificuldade de acesso às informações e a necessidade de maior transparência e comprometimento na implementação de políticas efetivas.

Apesar dessas iniciativas, ainda há lacunas significativas na formulação e aplicação de políticas públicas voltadas às mães universitárias. A ausência de creches universitárias acessíveis e a insuficiência dos auxílios financeiros contribuem para a vulnerabilidade dessas estudantes, muitas das quais enfrentam



sobrecarga de trabalho e dificuldades para conciliar maternidade e estudos. A falta de políticas abrangentes e efetivas agrava o risco de evasão, limitando as oportunidades educacionais dessas mulheres e perpetuando desigualdades estruturais.

Diante da insuficiência das políticas institucionais, movimentos sociais e coletivos têm desempenhado um papel fundamental na luta pelos direitos das mães universitárias. Um exemplo significativo é o “Coletivo de Mães da UFMA”, criado em 2016 com o objetivo de institucionalizar e dar visibilidade às demandas de mães e gestantes dentro da comunidade acadêmica. O coletivo busca criar uma rede de apoio dentro da universidade para garantir que esses estudantes tenham acesso aos direitos já assegurados pela instituição e para reivindicar melhorias na infraestrutura e na assistência estudantil.

Com a pandemia de 2019, as atividades do coletivo foram interrompidas, mas foram retomadas em 2023 com novas pautas e propostas de ação. Entre suas reivindicações estão a criação de creches universitárias, a instalação de cadeiras de alimentação para crianças no Restaurante Universitário (RU), a implementação de espaços infantis e fraldários, além da reforma de rampas e acessibilidade para mães que circulam com carrinhos de bebê no campus. Apesar dessas iniciativas, a mobilização das mães é limitada pelos conflitos de horários decorrentes das múltiplas sobrecargas que enfrentam. Ainda assim, o coletivo leva suas pautas para a PROAS, embora não haja comunicações diretas com a reitoria. Um exemplo de conquista foi a instalação da cadeira de alimentação no RU, resultado direto da ocupação da reitoria pelas mães. O coletivo também promove encontros virtuais e presenciais, oferecendo suporte emocional, compartilhamento de experiências e articulação de ações políticas para pressionar a universidade a implementar medidas mais eficazes. Ademais, o Coletivo, como é demarcado por uma das mães entrevistadas, ocupa um lugar de enfrentamento à solidão materna:

“Eu me sentia muito estranha e muito deslocada[...] Então quando eu conheci o coletivo, comecei a perceber que eu não estava sozinha, e que tinham outras iguais a mim, que passavam por situações parecidas com as minhas, mesmas dificuldades dentro da universidade que a gente estava passando. Então,



sim, acaba que a gente se sente acolhido porque a gente se sente dentro de uma comunidade mesmo, sabe?” (Mãe A)

A mobilização de coletivos como esse demonstra que a luta pela permanência estudantil das mães universitárias vai além das políticas institucionais. A ação coletiva organizada permite que essas mulheres reivindiquem seus direitos, denunciem a precarização das políticas de assistência e fortaleçam o debate sobre a necessidade de uma universidade mais inclusiva.

A ampliação dessas iniciativas e o reconhecimento institucional de suas pautas são passos fundamentais para garantir que a maternidade não seja um fator de exclusão do ensino superior, mas sim uma experiência conciliável com a formação acadêmica e profissional.

4. Participação da Psicologia, como ciência e profissão

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, tem um papel fundamental na análise e na transformação das condições que impactam a trajetória acadêmica das mães universitárias. Ao longo dos anos, diferentes abordagens da Psicologia têm contribuído para a compreensão desse fenômeno, destacando não apenas os desafios individuais enfrentados por essas mulheres, mas também os fatores sociais e institucionais que perpetuam a sobrecarga e a invisibilização de suas demandas.

Diante disso, a Psicologia Organizacional e do Trabalho e a Psicologia da Saúde abordam as repercussões emocionais da sobrecarga acadêmica e materna. Relatos como o de uma das entrevistadas do estudo reforçam a importância do suporte psicológico: “Façam terapia porque ajuda muito. Você surta, você pira. Você não sabe o que faz. Faça uma coisa de cada vez [...] Peçam ajuda. Não tenham vergonha de se mostrar vulneráveis às situações.”(Mãe B). A sobrecarga emocional, a culpa materna e o estresse associado à conciliação entre estudos e maternidade evidenciam a necessidade de intervenções psicológicas que promovam acolhimento e bem-estar.

Ademais, para superar os desafios enfrentados pelas mães universitárias, a Psicologia pode contribuir na construção de um ambiente acadêmico mais inclusivo



por meio da criação e fortalecimento de redes de apoio ao construir espaços de acolhimento, junto ao Coletivo, garantindo que as estudantes conheçam e acessem os direitos oferecidos pela instituição. Uma demanda levantada pelas entrevistadas é a falta de divulgação e conhecimento da comunidade sobre o Coletivo, o que evidencia a necessidade de maior visibilidade e engajamento institucional.

5. Considerações finais

Assim, portanto, evidencia-se que a maternidade, no contexto brasileiro, apresenta-se como um fenômeno social, político e econômico, moldado por estruturas históricas e culturais que reforçam a dominação masculina. Como também, nesse contexto, o papel da mulher é sistematicamente confinado ao espaço domiciliar por meio da imposição de responsabilidades de cuidado e tarefas domésticas, mesmo quando ela participa ativamente do trabalho e do convívio acadêmico. Além disso, a construção social da maternidade está imbricada em uma lógica colonial, capitalista, racista e heteronormativa. Essa lógica não só legitima a exclusão e a desvalorização da maternidade vivida por mulheres indígenas e negras – que historicamente foram privadas do reconhecimento de sua humanidade e de seus direitos enquanto mães – e sim também naturaliza a redução das mulheres ao mecanismo matriarcal.

O conceito de interseccionalidade, emergente do feminismo negro, torna-se crucial para compreender como os eixos da discriminação (gênero, raça e classe) se entrecruzam, aprofundando as desigualdades e configurando experiências distintas de ser mulher e mãe. A partir dessa perspectiva, o feminismo decolonial propõe uma forma de resistência e produção de questionamento às opressões historicamente impostas, enfatizando a necessidade de reconhecer e valorizar as vivências maternas. Apesar de existirem iniciativas legislativas e institucionais destinadas a promover a permanência estudantil, as especificidades e os desafios das estudantes-mães ainda não são plenamente atendidos. As medidas, como a licença-maternidade prevista em lei, o projeto que propõe o aumento das bolsas para mães provedoras de família monoparental e os auxílios institucionais – exemplificados pelo auxílio-creche na UFMA – representam avanços importantes,



mas revelam limitações, como a defasagem dos valores, a falta de creches universitárias e a insuficiente flexibilização acadêmica. Essa conjuntura acentua a vulnerabilidade dessas estudantes e contribui para o risco de evasão, perpetuando desigualdades estruturais no ensino superior.

Diante desse cenário, o “Coletivo” cumpre um papel essencial ao visibilizar as dificuldades e reivindicar mudanças estruturais. É fundamental que o debate sobre a inclusão desse público seja intensificado, para que as demandas por suporte financeiro, infraestrutura adequada e flexibilidade acadêmica sejam incorporadas de maneira transparente e comprometida pelas instituições e pelo poder público. Assim, garantir a continuidade e a qualidade dos estudos dessas mulheres é um passo decisivo para reduzir desigualdades e promover a equidade no acesso e na permanência no ensino superior.

Em suma, ao dialogarmos e produzirmos essa produção teórica, foi-se criada uma fomentação crítica sobre a instituição da maternidade, e como ela perpetua a subordinação das mulheres e, simultaneamente, destaca a urgência de romper com esses discursos. Outrossim, é necessário por parte da comunidade acadêmica, até mesmo por parte da Psicologia, fazer uma reflexão quanto a uma reconfiguração social que viabilize a diversidade social e a autonomia feminina. Ou seja, uma forma de produção de alternativas que facilitem o acesso dessas mulheres aos contextos sociais desejados e formule uma sensibilização dos indivíduos com a realidade delas.



6. Referências Bibliográficas

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 794, de 2023**. Portal da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/794/2023..>

BRASIL. **Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, relativos ao trabalho da mulher e ao trabalho do menor. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 abr. 1975. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6202.htm.

CALDAS, Jacyara dos Santos. **Coletivos feministas de mães universitárias: apoio mútuo e luta por reconhecimento institucional**. 2022. Dissertação

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019 [1990]

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, 244p.

hooks, b. (1981). **Ain't I a Woman?: Black Women and Feminism**. Boston: South End Press

IAGNECZ, Rachel de Souza Fonseca. **Ser Mulher, Mãe e Trabalhadora: A Interseccionalidade na Vivência da Maternidade**. Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Pato Branco-PR. 2021.

LUGONES, María. **Colonialidad y género**. Tabula Rasa, Bogotá, n. 9, p. 73-102, jul./dez. 2008. Disponível em:



http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&tlng=.

LEE K, VASEILOU K, BARNETT J. **'Lonely within the mother': An exploratory study of first-time mothers' experiences of loneliness.** J Health Psychol. 2019;24(10):1334-1344. doi:10.1177/1359105317723451

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAÚJO, Maria de Fátima. **A maternidade na história e a história dos cuidados maternos = The maternity in history and the history of the maternal care.** Psicologia Ciência e Profissão, Brasília, v. 24, n. 1, p. 44-55, 2004.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Aleitamento materno e alimentação complementar.** OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde - PAHO. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/aleitamento-materno-e-alimentacao-complementar>.

SCAVONE, L.. **A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais.** Cadernos Pagu, n. 16, p. 137–150, 2001.

SCAVONE, L. **As múltiplas faces da maternidade.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 54, p. 37–49, 1985. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1392>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SOARES, Helen Carvalho Gomes; FARIAS, Camila Peixoto. **Mulheres-Mães e Pandemia: solidão, sobrecarga e sofrimento.** 2022.

O'REILLY, Andrea. **Matricentric Feminism: Theory, Activism, Practice.** 2. ed. Bradford: Demeter Press, 2021. 292 p. ISBN 978-1-77258-376-2.

URPIA, AMO., and SAMPAIO, SMR. **Mães e universitárias: transitando para a vida adulta.** In: SAMPAIO, SMR., org. Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 145-168. ISBN 978-85-232-1211-7. Available from SciELO Books



1º SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO

TIC & POLÍTICAS SOCIAIS / DESAFIOS ÀS INTERVENÇÕES PROFISSIONAIS

YANNOULAS, Silvia. **Mulheres e Ciência**. Série Anis 47, Brasília, Letras Livres, 2007, p. 1-1